



**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO**

**PROJETO DE LEI Nº**

**DE**

**DE OUTUBRO DE 2025**

*Dispõe sobre a inclusão de leitos de psiquiatria em hospitais que venham a ser construídos ou reformados no Estado do Tocantins.*

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS DECRETA:**

**Art. 1º** Fica instituída, como diretriz do Estado do Tocantins, a Política de Incentivo à Ampliação de Leitos de Psiquiatria em hospitais públicos e privados que venham a ser construídos ou reformados no Estado, observadas as normas técnicas e a regulamentação do Poder Executivo.

**Art. 2º** Os leitos psiquiátricos mencionados no art. 1º deverão ser destinados ao atendimento especializado para todos os tipos de transtornos mentais, conforme as normas estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e regulamentações específicas, incluindo a necessidade de acompanhamento psicológico e psiquiátrico, além de acompanhamento interdisciplinar.

**Art. 3º** A implementação desta política será realizada pelo Poder Executivo, que poderá desenvolver programas, parcerias e planos de incentivo à ampliação de leitos de psiquiatria, em cooperação com os municípios e instituições hospitalares, conforme disponibilidade orçamentária.

**Art. 3º-A.** A política instituída por esta Lei terá caráter cooperativo e de incentivo, cabendo ao Estado fomentar ações conjuntas com o setor público e privado para ampliação gradual dos leitos de psiquiatria, conforme a demanda regional e a capacidade técnica e orçamentária.



**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO**

**Art. 4º** Os leitos psiquiátricos deverão seguir as normas técnicas e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde e pela Resolução CFM nº 1.619/2001, que regula a atuação de psiquiatras no atendimento de pacientes, especialmente aqueles em situações de internação, para garantir a adequação e a segurança dos pacientes em tratamento.

**Art. 5º** Além da criação de leitos psiquiátricos, os hospitais deverão desenvolver, sempre que possível, ações preventivas, programas de apoio e integração com outras políticas públicas de saúde mental, visando à redução da incidência de doenças psiquiátricas e o fortalecimento do atendimento psicológico em caráter preventivo.

**Art. 6º** As ações decorrentes desta Lei serão executadas conforme a disponibilidade orçamentária e financeira do Estado, podendo ser complementadas por convênios, parcerias e programas de cooperação com entidades públicas e privadas.

### **JUSTIFICATIVA**

A saúde mental é parte essencial do direito à saúde, assegurado pela Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 6º estabelece a saúde como um direito de todos e um dever do Estado. Esse direito se estende, de forma clara e objetiva, às pessoas com transtornos mentais, que devem ser acolhidas com respeito, dignidade e acesso a um atendimento integral e humanizado. Essa diretriz é reforçada pela Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, bem como pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que garante o acesso universal aos serviços de saúde.

Além disso, o Brasil é signatário da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que reconhece a saúde mental e a inclusão social como direitos fundamentais. Também possui legislações específicas que tratam da saúde mental na infância e adolescência, como a Lei nº 13.257/2016, conhecida como Marco Legal da Primeira Infância.

No Tocantins, observa-se um crescimento significativo no número de pessoas em sofrimento psíquico ou diagnosticadas com transtornos mentais. Contudo, a rede pública de saúde ainda enfrenta desafios importantes, especialmente no que diz respeito à disponibilidade de leitos psiquiátricos em hospitais gerais. A escassez de estruturas adequadas compromete o acesso a um tratamento digno, especialmente para jovens e adolescentes, que muitas vezes ficam desassistidos ou têm o atendimento interrompido por falta de suporte especializado.

Diante dessa realidade, o presente Projeto de Lei tem como objetivo garantir que as futuras construções e reformas de hospitais públicos e privados no Estado do Tocantins incluam, de forma planejada, a implantação de leitos destinados ao tratamento psiquiátrico. Essa medida busca atender à crescente demanda por cuidados em saúde mental, promover a dignidade das pessoas em sofrimento e contribuir para a humanização do atendimento, respeitando os princípios da atenção psicossocial.

Considerando a urgência da pauta, sua relevância social e a necessidade de garantir um atendimento mais digno, inclusivo e eficiente às pessoas com transtornos mentais no Tocantins, submeto este Projeto de Lei à apreciação dos nobres parlamentares, na expectativa de contar com o apoio necessário para sua aprovação e efetiva implementação.

**Professora JanadValcari**



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PODER LEGISLATIVO**

Deputada Estadual